

ACTA N.º 9/2008

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL
CELEBRADA EM VINTE E UM DE ABRIL DE DOIS MIL E OITO

UM - INTRODUÇÃO

Aos vinte e um dias do mês de Abril de dois mil e sete, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal, estando presentes, para além do Sr. Presidente, António Manuel Oliveira Rodrigues, o Sr. Vice-Presidente, Pedro Paulo Ramos Ferreira, os Vereadores Srs. Pedro Lobo Antunes, Mário Folgado Mota, Nuno Carlos de Carvalho Dias dos Santos e João Manuel Pereira, comigo, Ana Maria Sobral Carvalho Martins, exercendo as funções de Secretária.

Aberta a reunião, foram de seguida tratados os assuntos constantes da Ordem do Dia estabelecida pelo Sr. Presidente, ao abrigo do artigo dezoito do Código do Procedimento Administrativo, a qual foi entregue a todos os membros com a antecedência devida e que a seguir se transcreve.-----

DOIS - CORPO DA ACTA

ASSUNTOS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA

Gabinete da Presidência

1. Inventário e Aumento à Conta 51-Património.
2. Prestação de Contas e Relatório de Gestão do Exercício de 2007

3. Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2007

JUSTIFICACÃO DE FALTAS

Deliberação N° 277 (21/04/2008):

A Câmara deliberou, por unanimidade (seis votos), justificar a ausência da Vereadora Sra. Manuela Pinheiro, devida pela sua participação oficial no IX Congresso das Cidades Educadoras, em S. Paulo – Brasil.-----

INVENTÁRIO E AUMENTO À CONTA 51-PATRIMÓNIO

PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2007

APLICACÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2007

Foram presentes, para análise e eventual aprovação, o Inventário e os documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do Exercício de 2007, elaborados nos termos do Decreto-Lei 54-A/99 de 22/2, com a sua redacção actual e Resolução n° 4/2001 – 2ª Secção do Tribunal de Contas, acompanhados do certificado legal das contas e do parecer do revisor oficial de contas, tendo em vista o disposto no n° 2 do artigo 47.º da Lei n° 2/2007, de 15/1.

Deliberação N° 278 (21/04/2008):

Após análise dos referidos documentos, a Câmara procedeu à sua votação, pela seguinte ordem:

1 - Inventário e Aumento à Conta 51 – Património (no total de 11.188.303,59€, proveniente das regularizações ao inventário dos Bens do Imobilizado): aprovado, por unanimidade, com seis votos favoráveis (Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Vereadores Srs. Lobo Antunes, Mário Mota, Nuno Santos e João Pereira).

2 - Prestação de Contas e Relatório de Gestão do Exercício de 2007: aprovados, por maioria absoluta, com quatro votos a favor (Sr. Presidente, Sr. Vice-

Presidente, Vereadores Srs. Lobo Antunes e Mário Mota), um voto contra (Vereador Sr. João Pereira) e uma abstenção (Vereador Sr. Nuno Santos).

3 – Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2007 (no valor de 2.300.602,90 €, em Reservas Legais) aprovada, por unanimidade, com seis votos favoráveis (Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Vereadores Srs. Lobo Antunes, Mário Mota, Nuno Santos e João Pereira).

Os documentos em epígrafe serão remetidos à Assembleia Municipal, para os fins consignados na al. c) do nº 2 do artº 53º da Lei nº 169/99, de 18/9, com a sua redacção actual.

O **Sr. Presidente** apresentou a seguinte declaração de voto dos autarcas do Partido Socialista:

“Pela primeira vez as contas do município são apresentadas após a entrada em vigor da Lei das Finanças Locais. Começa-se por referir este documento, porque de facto, ele teve e terá, um impacto determinante na gestão dos municípios portugueses e, por reflexo, uma nova interpretação na análise financeira municipal.

É também a primeira vez, na história deste município, que as contas são certificadas pelo Revisor Oficial de Contas, o que lhes confere uma credibilidade e rigor acrescidos.

Por outro lado, as restrições impostas pelo Orçamento de Estado para 2007 no que respeita à Capacidade de Endividamento e Limite de Endividamento Líquido das Autarquias Locais, tal como o prevê a LFL, obrigaram os municípios a promoverem políticas de contenção, quer ao nível da despesa, quer do investimento, e, ao mesmo tempo, criarem condições financeiras para se prepararem para as candidaturas ao Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN).

Sem se querer ser repetitivo face ao Relatório de Contas, uma vez mais excelentemente elaborado pelo Departamento Administrativo e Financeiro da autarquia, importa realçar alguns aspectos que confirmam o panorama algo optimista em relação à estabilidade financeira da nossa autarquia, perante um Orçamento Global de 57.942.249,84 €:

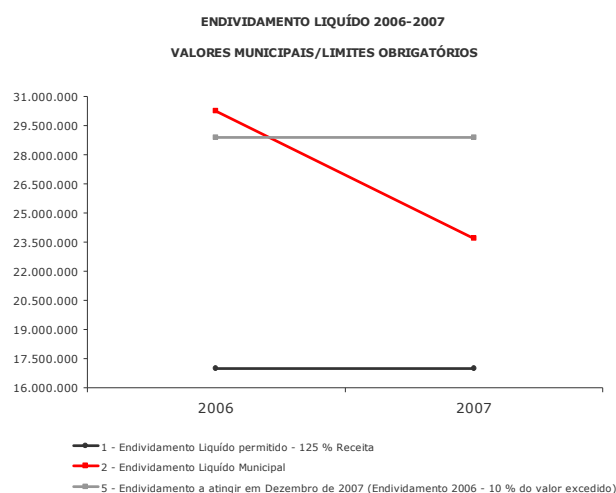
- Com o Activo Líquido a atingir os 125.182.177,45 €, representando um aumento de 18%, fruto de acréscimo de Imobilizado e de actualização de valores, com os Fundos Próprios a traduzirem igual acréscimo em 36%, enquanto o Passivo apenas sofreu um aumento de 4%, conseguiu-se atingir uma situação de Endividamento Líquido mais favorável daquela apresentada no início do ano económico;
- O desequilíbrio no início de 2007 existente entre Fundos Próprios e Passivo sofreu uma gradual redução, ultrapassando em 2007 os 50% a favor dos primeiros;
- O Passivo atingiu o menor aumento dos últimos anos, destacando-se a diminuição da Dívida a Terceiros em todas as frentes, ou sejam as de Curto, Médio e Longo Prazo;
- As Dívidas a Curto Prazo, sempre importantes, sobretudo no contexto da gestão corrente, apresentam o menor acréscimo registado desde 2004;
- No tocante à Receita Total, e que atinge os 25.797.526,40 €, sofreu uma redução de 2,91%, influenciada sobretudo pela não contratação de empréstimos e pelo encerramento das obras financiadas pelos Fundos Comunitários. Verifica-se no entanto e em contrapartida, um aumento na Receita Corrente na ordem dos 13,13%, muito influenciada pelos Impostos Directos (valores cadastrais) e, nos Impostos Indirectos pelos Loteamentos e Obras, sinal positivo da dinâmica económica do concelho. De salientar que a Receita de Capital ficou algo comprometida por atrasos no recebimento de verbas de obras comparticipadas, como por exemplo a do novo edifício da Biblioteca Municipal e que só entrará nos cofres do município em 2008. O montante é de 548.269,70 €;
- Como indicadores importantes, é relevante salientar que o peso da Receita Própria na Receita Total foi de 54,14% e o peso da Receita Corrente na mesma Receita Total atingiu os 79,39%;
- Em relação à Despesa, que atingiu 25.209.340,48 €, foi reduzida em 3,32%, destacando-se a rubrica Pessoal com menos 83.000,00 € que no ano anterior;

As novas regras impostas quer pela Lei das Finanças Locais quer pelo próprio orçamento de estado, obrigaram-nos em 2007 a forte contenção, mas, mesmo assim foram executadas obras

com expressão, quer de empreitada quer por administração directa, nomeadamente a *conclusão do edifício da Biblioteca, jardim da envolvência do castelo, nova ponte sobre o Almonda em substituição da ponte nova, a outra ponte sobre o Almonda de acesso às piscinas e nova biblioteca, os campos de ténis na cidade (em fase de conclusão), a pavimentação em Soudos e Vila do Paço, a pavimentação no Outeiro Grande, a estrada de Almonda à Videla, a conclusão do Jardim de Infância em Riachos, o pontão em Fungalvaz, o ajardinamento no Largo General Humberto Delgado na cidade, os balneários do Pavilhão de Riachos, o saneamento (águas) da Meia-Via, a conclusão das intervenções no Centro Histórico da Cidade, as calçadas no centro histórico de Lapas, a conclusão da estrada que liga Torres Novas (EN358) à Lamarosa, a conclusão do Canil Municipal e seus acessos, largo em Vila do Paço entre outras* que, mesmo assim, não impediram que a dívida global do município tivesse reduzido embora em valor pouco expressivo, que ronda os 300 000 euros.

Efectivamente, hoje, a apreciação das contas dos municípios tem outros mecanismos contabilísticos e jurídicos para serem analisadas, e até quantificadas, passando a ser fundamental e determinante a questão do endividamento líquido municipal.

De um momento para o outro, fruto da entrada em vigor da nova lei, a autarquia torrejana ficou com um excesso de endividamento líquido de 13 275 976 €, tendo a lei imposto 10 anos para o anular. Ora, a autarquia torrejana, só em 2007, reduziu este excesso em quase 50%, ou seja, o excesso passou daquele valor para 6 747 400 €, o mesmo quer dizer que num ano se conseguiu reduzir o que era exigido ser reduzido em 5 anos... o mapa que se segue, bem o comprova:



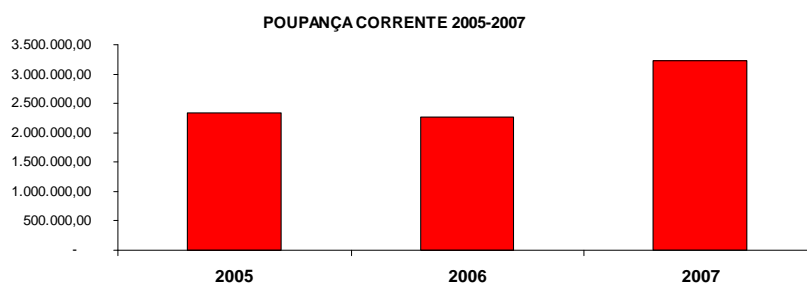
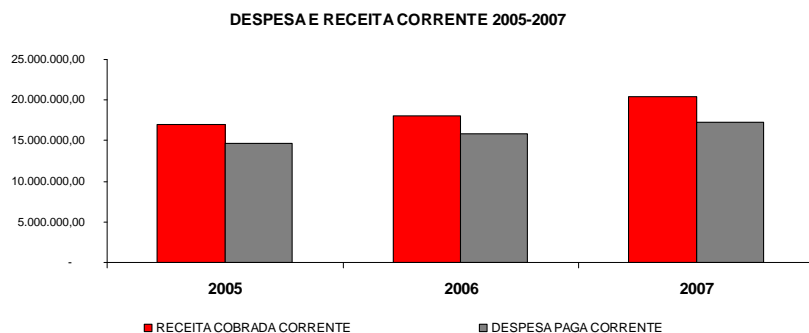
LIMITE DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	31-12-2006	31-12-2007
1 - Endividamento Líquido permitido - 125 % Receita	16.962.254,91	16.962.254,91
2 - Endividamento Líquido Municipal	30.238.231,45	23.709.655,06
3 - Excesso de Endividamento (2-1)	13.275.976,54	6.747.400,15
4 - art.º 37 nº 2 - redução relativa a valores Dezembro 2006 - 10% x valor excedido de 2006	1.327.597,65	
5 - Endividamento a atingir em Dezembro de 2007 (Endividamento 2006 - 10 % do valor excedido)	28.910.633,80	
VALOR REDUZIDO ENDIVIDAMENTO	6.528.576,39	
VALOR REDUZIDO PARA ALÉM DO PREVISTO INICIALMENTE	5.200.978,74	
REDUÇÃO DO EXCESSO	49,18%	
REDUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	21,59%	

No que concerne às reduções, como já foi dito, o excesso foi reduzido em quase 50% e a redução do endividamento líquido chegou aos 21,59%, quando a lei exige o mínimo de 10%.

Há, efectivamente, um esforço na gestão corrente do município, cujos resultados nos aproximam das novas imposições que a nova lei impõe. Isso é inquestionável.

Encerra-se o ano de 2007 com um resultado líquido (positivo) de 2 300 602 €, contra os 23 746,71 € de 2006, que deixa de fora qualquer comentário em relação à evolução de um ano para o outro. Também no que concerne à poupança corrente de 2007, ela cifra-se em 3 221 203,35 quando em 2006 foi de 2 260 454,79 €, o que reflecte um aumento de quase um milhão de euros na poupança municipal. O gráfico que se segue demonstra bem a evolução da poupança corrente do município nos últimos três anos.

	2005	2006	2007
RECEITA COBRADA CORRENTE	17.028.866,20	18.104.608,82	20.481.167,79
DESPESA PAGA CORRENTE	14.690.593,81	15.844.154,03	17.259.964,44
POUPANÇA CORRENTE	2.338.272,39	2.260.454,79	3.221.203,35



São estes os valores que se apresentam nesta Conta de Gerência, sendo certo que, em termos comparativos com anos anteriores manifestam uma boa evolução, com o município a reduzir os seus níveis de endividamento, a aumentar os seus índices de poupança e, obviamente, sem, no entanto, deixar de se preparar para o desafio que aí vem e que se chama QREN.”

O **Vereador Sr. João Pereira** justificou o seu sentido de voto, nos seguintes termos:

“Importa em primeiro lugar fazer uma referência ao documento que nos foi apresentado para análise das Contas e do Relatório de Gestão do Exercício de 2007.

E devemos, antes de mais diferenciar a forma do seu conteúdo.

Se quanto à **forma** há que realçar a excelente qualidade do documento apresentado e à informação detalhada que o mesmo nos fornece, já o seu **conteúdo** reflecte aquilo que foi apresentado no Plano de Actividades e Orçamento para 2007.

Mas antes de passar à análise do conteúdo do documento uma referência ainda para o facto do presente documento ter sido validado pelo Revisor Oficial de Contas, pela primeira vez na

história do município, apesar de só hoje, na presente reunião, nos ter sido fornecido o parecer do ROC.

Apesar disto, não quero deixar de salientar algumas incorrecções que o documento contém, nomeadamente:

- Na pág. 9 as percentagens de execução de 2007 estão erradas
- Na pág. 10 as percentagens de execução de 2007 estão erradas
- Na pág. 12 as percentagens de execução de 2007 estão erradas
- Na pág. 16 as percentagens da variação de execução 2006-2007 estão erradas
- Na pág. 17 as percentagens do peso total de 2006 e 2007 estão erradas já que a sua soma é superior a 100%
- Na pág. 27 o gráfico demonstra um PPI previsto inferior ao realizado o que não pode acontecer.

Mas estes erros não retiram qualquer mérito ao documento apresentado.

Mas vamos ao conteúdo deste documento:

A primeira nota vai para o número de alterações ao Orçamento, 43, incluindo 2 revisões. Este número, por si só, demonstra que não houve rigor na elaboração do orçamento.

Quanto à receita

Devemos desde logo destacar que a previsão da receita era de € 57.942.249,84 e o executado foi de 25.797.526,40, sendo o seu nível de execução de 44,52%.

Mas se analisarmos a **receita de capital** então o nível de execução baixa para os 16,58%, ficando-se a receita corrente pelos 72,03%, sendo mais baixa que em 2004 (85,64%) e que 2005 (73,59%).

Em relação às **receitas correntes** importa destacar algumas das rubricas, entre as quais: a receita de IMT foi orçamentado €3.651.909,50 e foi recebido €1.799.098,45, que corresponde a uma execução inferior a 50%, quanto aos Loteamentos e Obras (empresas) foi orçamentada uma receita de €4.857.000,00 e foram recebidos €719.258,96, uma execução de 14,08%; quanto a

loteamentos e obras (particulares) foram orçamentados €1.600.000,00 de receita, tendo sido recebidos €353.489,13 a que corresponde uma execução de 22,09%.

Chamo ainda a atenção que na **venda de bens (água)** foi orçamentada uma receita de €2.346.569,00 e foi recebido €1.691.778,41, havendouma quebra de cerca de 25% e que o documento atribui ao elevado número de contadores avariados e à incapacidade dos serviços, por falta de funcionários, de proceder à sua rápida substituição.

Nas **receitas de capital** merece ainda destaque, tal como tem acontecido nos últimos anos, a rubrica da **venda de bens de investimento**. Orçamentaram-se na **venda de terrenos** uma receita de €16.128.238,76 e foram recebidos €37.500,00, sendo a execução de 0,23%; na **venda de habitações** o orçamentado foi de €4.003.190,00 tendo-se recebido €35.500,75, sendo a execução de 0,88%; quanto à venda de edifícios verificamos que foram orçamentados €800.350,00 e nem um cêntimo foi arrecadado.

Só nestas 3 rubricas foram orçamentados €20.931.778,76 e foram recebidos uns míseros €73.000,75, sendo a execução de 0,34%.

A quando da discussão do Orçamento é sempre apontado este exagerado empolamento orçamental da receita, sistematicamente confirmado no momento da prestação de contas.

Quanto à despesa.

A situação não é melhor.

Desde logo verificamos que foi orçamentado um total de despesa de €57.942.249,84 tendo sido realizado €25.209.340,48, correspondendo a 43%, sendo este o nível mais baixo dos últimos 4 anos.

Mas a **despesa corrente** foi orçamentado um montante de €25.984.661,80 e realizado €17.259.964,44, sendo a sua percentagem de execução de 66,42%, que constitui o valor mais elevado dos últimos anos.

De salientar ainda que nesta rubrica, despesas correntes as despesa com o pessoal baixam €82.677,82, 1,07% enquanto as despesas com a aquisição de bens e serviços aumentam €919.594,84, a que corresponde uma percentagem de 14,2%.

Mas ao analisarmos as despesas de capital verificamos que foram orçamentados €31.957.588,04 e foram executados €7.949.376,04, uma execução de 24,87%.

Quer isto dizer que a Câmara aumentou as despesas correntes, para manter a máquina da Câmara a funcionar, e baixou o investimento para o valor mais baixo dos últimos quatro anos. Há pois um **aumento das despesas correntes** (€15.844.153,03 em 2006 e €17.259.964,44 em 2007) e uma **diminuição das despesas de capital** (€10.231.852,63 em 2006 e €7.949.376,04 em 2007).

Quanto ao PPI – Plano Plurianual de Investimentos – verificamos que estava prevista uma despesa de €29.897.209,84 e só foi executada €7.254.890,00, sendo a sua percentagem de 24,27%.

É inaceitável!

Verifica-se que a Câmara não deu a devida atenção aos diversos sectores de actividade, com por exemplo:

- Funções Sociais - a execução ficou-se pelos 26,86%
- Ordenamento do Território – a execução foi de 15,82%
- Abastecimento de água – a execução foi de 20,54%

Quanto ao PAM – Plano de Actividades Municipais. Também aqui se verifica que a sua percentagem de execução foi de 48,28%, já que dos €10.772.161,26 orçamentados, só foram executados €5.201.085,06.

Quer isto dizer que a Câmara continua a não conseguir cumprir nem metade – 48,28% - do que foi previsto no seu Plano de Actividades.

Em relação à **situação financeira do município** verificamos que a dívida a fornecedores para despesas de funcionamento **aumentou** em €1.298.715,83 em relação a 2006 e que **baixou** a dívida a fornecedores para despesas de investimento – 1.601.428,39.

A dívida da Câmara atinge o montante de €35.388.841,96, tendo **diminuído** €302.712,56 – 0,85%.

Há ainda que realçar que as dívidas às Freguesias e Colectividades **aumentaram** em relação ao ano de 2006.

De destacar ainda os encargos que a Câmara tem com diversos equipamentos concelhios:

Equipamento	2006	2007
Palácio dos Desportos	€217.647,57	€256.899,66
Piscinas Municipais	€357.925,62	€342.503,14
Ginásio Municipal	€ 36.733,55	€ 65.682,02
Pavilhão de Riachos	€ 38.899,76	€ 37.311,89
Estádio Municipal	€231.436,81	€223.424,63
Virgínia	€593.869,86	€658.861,74
TOTAIS	€1.476.413,17	€1.584.683,08

O **Resultado Líquido do Exercício** tem um valor **positivo** de €2.300.602,90, não deixando de ser curioso que esse resultado é praticamente igual à diferença de receitas entre 2006 e 2007 da soma do IMI, IMT e Derrama.

IMI	recebido em 2006	€ 2.281.486,49	
	recebido em 2007	€ 2.933.307,28	a mais € 651.820,79
IMT	recebido em 2006	€1.807.777,93	
	recebido em 2007	€3.185.417,86	a mais € 1.377.639,93
Derrama	recebido em 2006	€651.083,72	
	recebido em 2007	€899.117,28	a mais € 248.033,56

Em face da análise feita, nos seus diversos aspectos, podemos concluir que a Prestação de Contas, reflecte a falta de execução, em níveis aceitáveis dos valores orçamentados.

Assim, apesar da diminuição da dívida em relação a 2006, em menos de cerca de 1%, a prestação de contas traduz uma gestão municipal incorrecta. Por estes motivos o **meu voto, o voto da CDU é contra.**”

O Vereador Sr. Nuno Santos apresentou a seguinte declaração de voto:

“Na análise efectuada ás contas relativas a 2007, alguns dados merecem destaque, não só pela importância contabilista que têm assim como pelo significado político que acarretam.

Sabíamos desde o início deste mandato, que os dois anos consequentes ás eleições 2006 e 2007, seriam de transição de Quadro Comunitário. Como tal seriam anos de menor investimento participado por Quadro Comunitário de Apoio, decorrente precisamente da finalização do QCA III e previsível início com atraso do QREN. Era pois uma boa oportunidade de tentarmos equilibrar as contas da Autarquia, nomeadamente quanto ao aumento da dívida verificado desde há muitos anos, estabilizando-a e se possível diminuí-la, estabilizar ou diminuir as despesas correntes, visto as de capital naturalmente diminuírem pela quase total ausência de investimento apoiado por qualquer Quadro de Apoio.

Também estratégias de capitalização de receitas deveriam ser postas em prática, com o objectivo de aumentarmos consideravelmente as receitas próprias e as correntes, que nos permitam no Futuro suportar, sem colocar em risco financeiramente as contas da Autarquia, qualquer investimento a realizar no Concelho, com ou sem apoio Comunitário, evitando verdadeiros problemas financeiros anteriormente verificados. Seria igualmente uma boa altura para projectarmos e definirmos o Futuro do nosso Concelho, procurando estabelecer Estratégias de Desenvolvimento Sustentado, assentes em investimentos capazes de por si só garantir auto-sustentabilidade a médio longo prazo.

O que sem dúvida ninguém, ou poucos o fariam prever, é o extremo e preocupante atraso na definição das regras do QREN, assim como das condições de acesso a apoios ao investimento.

Neste cenário actual, e sem qualquer espécie de futurologia, parece-me claramente que ainda não será em 2008 que haverá qualquer investimento realizado com o apoio do QREN. Correremos o risco pela primeira vez, de a adesão á União Europeia, assistirmos a 3 anos praticamente sem apoios Comunitários.

Associado a esta situação, assistimos nos últimos anos, a profundas alterações nas regras da contabilidade das Autarquias, POCAL, e mais recentemente com a Nova Lei das Finanças Locais.

Dentro várias notícias vindas a público, foi inserida a nossa Autarquia na lista das que haviam ultrapassado o Limite do Endividamento. Com protesto ou não, com correcções ou não, com saídas ou manutenção nessa lista, não deixa de ser um sinal de alerta a todos os que geriram a Autarquia nos últimos anos, e que são os responsáveis por tal situação. Se da obra nasceu

naturalmente dívida, a mesma poderia ter sido acautelada de outra forma, se tivéssemos sabido paralelamente investido em outro tipo de recursos, com capacidade de retorno directo e indirecto financeiro para o Município, não tão dispendiosos em termos de funcionamento, como aqueles que actualmente temos. De notar que no seu total as Piscinas, Palácio dos Desportos, Pavilhão de Riachos, Estádio Municipal e Teatro Virgínia, significam anualmente para a Autarquia um prejuízo em termos operacionais de cerca de 1 milhão de Euros.

Não vou efectuar uma análise exaustiva das contas, elas por si só revelam a realidade, não deixando de mais uma vez saudar a forma como as mesmas estão apresentadas, que permitem obter com facilidade uma percepção realística da situação financeira. No entanto, devemos fazer notar alguns dados, que nalguns casos trazem preocupação, como o Aumento do Orçamento fruto de uma revisão que significou um acréscimo de cerca de 567.476,00 Euros, o aumento de quase 1 Milhão de Euros com Aquisição de Bens e Serviços, valor que tem vindo sistematicamente a aumentar e que importa rapidamente ser invertido, o aumento de quase 400.000,00 Euros nos juros e outros encargos, originados de alterações das taxas de juro, mas encargos estes directamente relacionados com investimentos realizados e não pagos, que acarretam custos para a Autarquia.

Infelizmente a conjuntura económica Internacional e Nacional, prevê que esta situação das taxas de juro não venha a sofrer alterações para melhor nos próximos tempos, o que deverá também ser um factor a ter em conta em investimentos Futuros. Também importa referir na análise de despesa facturada/paga, na Aquisição de Bens e Serviços há uma dívida de cerca de 5 Milhões de Euros, crescendo consideravelmente durante o ano de 2007. Também o valor de encargos assumidos para os anos seguintes, aumentaram consideravelmente, nomeadamente nas empreitadas em curso (3.451.205,00 Euros por facturar) e nos contratos de fornecimento de Bens e Serviços (2.019.578,00 Euros por facturar).

Mais uma vez em termos de resultados de exploração o Serviço de exploração de águas e o de Drenagem de águas residuais, apresentam valores francamente negativos, considerando as amortizações, mas acerca deste sector esperamos ainda qual a decisão sobre uma hipotética adesão a um sistema inter-municipal de gestão de águas.

De qualquer modo há que registar evoluções positivas, nomeadamente o aumento das receitas correntes, continuando o seu valor aquém do previsto, dando como justificação principal o investimento do tão conhecido e não visível Boquilobo Golf. Realço a intenção do Município de aderir ao Programa Pagar a Tempo e Horas, o que sem dúvida seria algo de positivo. Também a

diminuição, embora, ligeira dos custos com pessoal é de realçar, embora resultado de saídas de empregados da Câmara. Alguns dos rácios tiveram uma evolução positiva, destacando o do peso das receitas próprias/receita total que atingiu o valor de 54,14%, ou seja, acima do 50%, e o rácio da receita corrente/receita total evolui até aos 79,39%.

Também e como previsto, a dívida da Autarquia não aumenta, pela primeira vez desde há muitos anos, não diminuindo especialmente, tendo estabilizado.

Neste cenário, será justo questionarmos se estamos preparados para que assim que hajam condições, entenda-se verbas disponíveis ao abrigo do QREN, investirmos.

Aprovámos o Torres Novas.pt, projecto que mereceu da minha parte alguns elogios por incluir alguns investimentos há muito reclamados.

Serão os de índole estrutural, nomeadamente os Centros Educativos, as Zonas Industriais, o Centro Histórico, as prioridades? Se assim o for, terá o apoio do PSD para avançar com os mesmos. Deveremos no entanto ter cuidado, com o serviço de dívida de cada um deles, para que os mesmos não condicionem no Futuro financeiramente a Autarquia, mais do que os mesmos poderão trazer em benefícios sócio-económicos a todos nós, entenda-se aumento das receitas correntes.

Para finalizar, estas contas relativas ao exercício de 2007, demonstram na sua generalidade uma evolução positiva quando comparadas com as de 2006 e anos anteriores, mas não transmitem ainda segurança para o Futuro. Como tal a posição do PSD é no sentido de abster na votação do relatório de gestão das contas de 2007.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

O **Sr. Presidente** declarou encerrada a reunião pelas dezanove horas, da qual para constar se lavrou a presente acta.

E eu Chefe da Secção de Apoio aos Órgãos
Autárquicos, a redigi, subscrevo e vou assinar juntamente com o Excelentíssimo
Presidente.-----